

FRANKLIN MARTINS



de Brasília

Forte mas nem tanto

• Todos concordam que, com a aprovação da emenda da reeleição e a perspectiva de passar mais seis anos no Palácio do Planalto, Fernando Henrique Cardoso tornou-se um presidente da República poderosíssimo. Tão poderoso que, de uns dias para cá, muita gente começou a se mostrar preocupada: será que a concentração de tanto poder numa só pessoa, por mais bem preparada que ela seja, não representa um risco para a democracia?

Os primeiros a ficarem com as orelhas de pé foram os partidos de oposição. Até aí, nada demais. Por dever do ofício, eles têm mesmo a obrigação de desconfiar do Governo. Depois, foi a vez do cientista político José Arthur Gianotti.

Amigo de Fernando Henrique e um de seus principais interlocutores no mundo acadêmico, Gianotti alertou para os perigos existentes numa situação que combina presidente forte com partidos fracos, durante um período de intensas reformas. E advertiu para a possibilidade de o país escorregar para o "despotismo esclarecido", numa referência à variante da monarquia absoluta que surgiu em alguns países europeus, no século XVIII, nos quais reis e imperadores com preparo acima da média promoveram reformas modernizantes, embora mantendo uma férrea centralização do poder. Logo em seguida foi a vez do

pretação de que as medidas provisórias não apreciadas pelo Congresso poderiam ser reeditadas, elas quase se confundem com leis.

Fernando Henrique não é o responsável por esse descabro. Os principais culpados são senadores e deputados, que até agora pouco fizeram para colocar limites à edição e reedição das MPs, que enfraquece o Legislativo e hipertrofia o Executivo.

Depois da herança, os fatos recentes. Após a aprovação da reeleição, Fernando Henrique mudou. Perdeu a cerimônia e tem se intrometido em assuntos do Legislativo, comportando-se mais como chefe da maioria política do Congresso do que como presidente da República. Quando da eleição do presidente da Câmara, avançou o sinal declarando que, se fosse deputado, votaria em Michel Temer. Ou seja, o cabo eleitoral engoliu o presidente da República.

presidentes dos Tribunais de Justiça dos estados, criticou o "agigantar-se do Executivo", que estaria ameaçando o equilíbrio entre os poderes da República.

Fernando Henrique reagiu imediatamente. Para ele, seus críticos estão confundindo alhos com bugalhos. Uma coisa é um presidente forte porque concentra poderes, o que ameaça a democracia. Outra, bem diferente, é um presidente forte porque conta com o apoio da maioria do Congresso e da sociedade, o que faz parte do jogo democrático e é corriqueiro na maioria dos países. Fernando Henrique debitou a confusão de seus críticos ao fato de, poucas vezes na sua História, o Brasil ter visto o Executivo, o Legislativo e a opinião pública afinados, tocando a mesma música.

No fundamental, Fernando Henrique tem razão. Ele não atropelou os outros poderes ou ultrapassou os limites constitucionais. Se está forte é porque, a partir do sucesso do Plano Real e da adesão da sociedade à política de reforma do Estado, o Executivo tem logrado aprovar a maioria de suas propostas no Legislativo, inclusive aquelas que demandam emendas à Constituição.

Mas estarão seus críticos inteiramente errados? Não. Pelo menos uma herança antiga e alguns episódios recentes mostram que há riscos no ar. Primeiro, vamos à herança, a medida provisória. Tal qual vigora hoje, ela representa uma diminuição do Legislativo, pois permite ao Executivo exercer também uma atribuição que é do Parlamento: fazer leis.

Em sua origem, as MPs haviam sido concebidas para tratar apenas de matéria urgente e relevante e deveriam ser confirmadas em 30 dias pelo Congresso, sob pena de seus efeitos serem anulados. Na prática, porém, o Executivo passou a editar MPs sobre o que lhe dá na telha. E como acabou prevalecendo a inter-

Pouco depois, quando o PSDB formou um bloco parlamentar com o PTB, Fernando Henrique mandou dizer que romperia com seu partido caso não recuasse da intenção. Há poucos dias, talvez movido pelo enorme apreço que tem por Sarney, achou por bem pressionar o PMDB a voltar atrás e entregar a presidência da Comissão de Relações Exteriores da casa ao ex-presidente.

Também houve mudanças nas relações com o Judiciário. Antes, fosse qual fosse o resultado de um julgamento do STF, o presidente repetia a frase conhecida: "Decisão do Supremo não se discute; cumpre-se". Agora, irritado com uma sentença desfavorável no caso da extensão para os funcionários civis do reajuste de 28% dado aos militares por Itamar, reagiu com ironia: "Pena que eles (os ministros do STF) não pensam no país".

Com isso, abriu um confronto entre o Executivo e o Judiciário que seguramente não interessa ao país. Por mais forte que esteja, um presidente não pode perder de vista o peso de suas palavras.

Mas talvez o presidente não esteja tão forte quanto se pensa e quanto ele pensa. Querem um exemplo? Na sexta-feira, dia 21, Fernando Henrique disse ao presidente do PSDB, Teotônio Vilela Filho, que decidira nomear o deputado José Aníbal líder do Governo na Câmara, no lugar do pefelista Benito Gama. Na segunda, dia 24, em almoço no Alvorada, fez-lhe o convite. De alguma forma, a informação chegou ao PFL, que foi à guerra. No dia seguinte, horas antes da votação em segundo turno da reeleição, abriu baterias contra Aníbal, num tom excepcionalmente virulento. Deu resultado: o presidente recuou. Na quarta-feira, o porta-voz Sérgio Amaral anunciou que Fernando Henrique não pensava em substituir Benito por Aníbal. Como se vê, esse negócio de presidente forte é muito relativo.